



MUNICÍPIO DE OURÉM

Câmara Municipal

CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2022

2.0.2. REGISTO N.º 99.445/2022 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS: ORÇAMENTO PARA 2023 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUINQUÉNIO 2023/2027 ---

---- O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----

---- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **56.524.250,00€** (cinquenta e seis milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta euros).-----

---- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 99.445/2022, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PROPOSTOS E REMETÊ-LOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, À **ASSEMBLEIA MUNICIPAL** PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, TAMBÉM DO CITADO ANEXO I. -----

---- Votou contra a **Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo**, que apresentou a seguinte declaração de voto: “É do conhecimento de todos os tempos excecionalmente difíceis que estamos a atravessar; já nesta reunião se falou por diversas vezes da crise económica, da crise energética, do aumento das taxas de juro e do impacto que tudo isto está a ter na vida das pessoas; falou-se também das expetativas macroeconómicas para o próximo ano e do agravamento destes cenários ao longo de 2023, ano a que se referem estes documentos previsionais. -----

---- Embora no documento inicial do Sr. Presidente se fale desse cenário, não conseguimos perceber, ao longo das suas quase 500 páginas, e nas propostas apresentadas, qualquer medida que faça face a esta situação de crise profunda que estamos a viver. -----

---- Olhando, por exemplo para a análise SWOT que nos é apresentada e que define todas as opções orçamentais do próximo ano, não encontramos em nenhum dos pontos, nomeadamente nas ameaças, qualquer referência à situação macroeconómica atual, o que até nos podia levar a crer que o executivo não tem consciência das dificuldades e desafios que estão na ordem do dia. -----

---- Face ao orçamento apresentado, interessa, pois, perguntar: -----



MUNICÍPIO DE OURÉM

Câmara Municipal

---- o executivo está ciente das implicações que a subida generalizada dos preços, dos bens e serviços está a ter na vida quotidiana dos munícipes com destaque para os preços da energia?-

---- Está ciente das consequências brutais que a subida das taxas de juro está a ter e vai ter nos créditos à habitação dos munícipes, principalmente das famílias mais jovens?-----

---- Pensará o executivo que estas questões são da exclusiva responsabilidade dos mercados e do governo central? -----

---- É que embora fale da crise gravíssima que se vive e cuja tendência é de agravamento, não se encontra neste documento nenhuma política, medida, verba ou fundo destinado especificamente a casos de emergência de pobreza social, como os que estão a surgir: um novo tipo de pobreza, em que famílias organizadas, funcionais, que trabalham, deixam de ter meios para fazer face às despesas do mês de luz, gás, combustível, prestações da casa e supermercado! Pensará o executivo que nenhum dos cerca de 2 milhões de novos pobres que já existem atualmente no país e cujo número irá crescer exponencialmente no próximo ano, vive no concelho de Ourém? A Vereadora do PS não compreende como não há uma verba alocada no orçamento de 2023 para fazer face a essas situações e a definição de uma política social clara!

---- Responder-me-á o sr. Presidente que “*nenhum ourense ficará sem ajuda*”...mas então para que serve fazer um Orçamento para 2023??-----

---- Por outro lado, ainda neste capítulo das despesas familiares, seria pertinente ver inscritas no Orçamento verbas destinadas aos munícipes para: -----

1. comparticipação em obras que lhes permitissem poupar energia e melhorar a climatização das suas habitações; -----
2. candidatura a apoios para ajudar a liquidar as suas responsabilidades mensais perante a Banca, dentro de condições previamente estudadas e bem definidas; -----
3. apoio aos estudantes deste concelho que vão estudar para fora, auxiliando as suas famílias nas comparticipações das despesas com destaque para o apoio às rendas de casa, pois não poderá ser considerada uma política de apoio social aos jovens estudantes e às suas famílias a atribuição de uma bolsa anual! -----

---- Outra das preocupações do quotidiano e que é um assunto da ordem do dia, principalmente em Fátima e na cidade de Ourém, é a crise da habitação. Não vemos objetivamente nenhuma política neste documento que vá ao encontro destas necessidades. -----

---- Todas estas preocupações sociais que estão na ordem do dia deviam ter uma atenção muito especial neste orçamento pois, ele é robusto o suficiente para comportar dotações para estas despesas sem, ainda assim, afetar os objetivos que o executivo pretende alcançar. -----

---- Ainda com a intenção de mitigar os efeitos da forte inflação com que nos debatemos, o PS entendia, a título excecional e circunstancial, que em 2023 o município podia dispor das verbas de comparticipação nas receitas do IRS de 5% podendo essas verbas ser devolvidas aos



MUNICÍPIO DE OURÉM

Câmara Municipal

munícipes; claro que a proposta não foi aceite porque, segundo o Sr. Presidente seria uma irresponsabilidade do município ficar sem esse dinheiro em caixa para fazer face a, por exemplo, candidaturas a projetos comunitários. Só que, nos anos acumulados de exercício do executivo, os objetivos propostos neste domínio não têm sido alcançados e esse incumprimento tem servido apenas para acumular saldos de gerência e, consequentemente, saldos de depósito à ordem nos bancos! -----

---- Prova disso é o orçamento apresentado para 2023 com um valor acima dos 56,5 M€ e os saldos de gerência previstos de 12,5M€ que já representam cerca de 22%do orçamento total! Estes saldos, cada vez mais megalómanos, apenas provam o incumprimento orçamental que se tem vindo a acumular todos os anos desde que o PSD/CDS tomou as rédeas da gestão camarária.

---- Analisado o orçamento e as GOP's com mais pormenor, não temos muitas dúvidas que vamos ter mais um ano de incumprimento. O executivo, propõe um largo conjunto de investimentos a realizar, mas, sabe o executivo e sabemos nós, que muito dificilmente serão cumpridos no atual contexto de forte inflação, escassez de mão de obra (na área das obras publicas) e com a tendência crescente registada há já algum tempo de concursos desertos. ----

---- Neste contexto, os valores inscritos nos planos de investimento muito dificilmente estarão corretos. Se o executivo pretende avançar efetivamente com os investimentos, terá que necessariamente rever os preços bases dos concursos, como aliás já foi aqui sugerido e declarado pela vereadora do PS.-----

---- Mas deixando agora a política social e indo à questão do investimento e do desenvolvimento... Apresenta-se sempre um orçamento volumoso e ambicioso, pois a maior parte dos investimentos transitam ano após ano sem, no entanto, se ver qualquer avanço. Parece que há uma vontade latente de adiar estes investimentos...talvez para 2025!-----

---- Neste capítulo estamos a pensar na requalificação da avenida João XXIII em Fátima (ou no Centro de Congressos) que todos os anos surge nos documentos para se dar ideia *que é este ano!* Nos documentos, ano após ano, este e outros objetivos vêm descritos nos mesmos termos com uma mera operação de *copy-past* (as páginas 112-113 dos documentos de 2022 são exatamente iguais às páginas 102 e 103 dos documentos de 2023). É bom lembrar que esta obra, estruturante para Fátima, não está feita por orgulho e teimosia do executivo PSD/CDS quando tomou posse em 2017! -----

---- Mas, para além do exemplo da av. João XXIII, temos muitas outras obras que transitam de ano para, como mera operação cosmética de *copy-past* do orçamento, revertendo estes objetivos não alcançados e as receitas exigidas aos munícipes de Ourém para o mealheiro da Câmara. --

---- Outro dos investimentos que todos consideramos prioritário é a nova ligação entre Ourém e Fátima. É com preocupação, e com impaciência, que vimos que não tem saído do papel e que,



MUNICÍPIO DE OURÉM

Câmara Municipal

de acordo com a análise das GOP's, é uma realidade distante que muito provavelmente só na próxima década será possível concretizar. -----

---- Uma palavra para as Freguesias: depois de no último orçamento termos visto a dotação para as Freguesias diminuída em 16,6%, resultado do ano imediatamente após às eleições, neste orçamento vemos um acréscimo de 76%! Mas, se pensam que a política para as freguesias se alterou, desenganem-se! -----

---- O que está a influenciar este valor são duas verbas destinadas a novas competências atribuídas às Freguesias, nomeadamente a verba de 595 m€ para as limpezas das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e 185 m€ para investimento em vias. Expurgando estas duas competências, o valor da dotação para as Freguesias seria de 625 m€, portanto abaixo dos 795 m€, i.e., 21,4% relativamente a 2022. -----

---- Por fim, quanto às projeções feitas para o Balanço e Demonstração de Resultados para 31/12/2023, mais uma vez é apresentada um resultado líquido negativo. Desta vez projeta-se um RL negativo de 3,8 M€, agravado com o facto de que as amortizações e depreciações serem menores em cerca de 1 M€. Quando o PSD/CDS era oposição na gestão Socialista da câmara, considerava que os resultados líquidos negativos refletiam a total desgovernança financeira daquele executivo. Ora agora parece que esses mesmos Resultados Líquidos negativos para a Direita não é cadastro, mas sim currículo!!! -----

---- Face ao exposto e atendendo a: -----

- Que se trata de um orçamento de continuidade, de uma estratégia política deste executivo assente na imagem e no anúncio sistemático de milhões de euros de obras e investimento que não saem do papel; -----

- Que existe margem, muita margem, para introduzir no orçamento uma verdadeira política social, que responda ao contexto de crise económica, de inflação galopante, de taxas de juros em crescendo com graves consequências na vida das famílias ourenses e da crise de habitação existente; -----

- Que prevê um aumento de contribuições dos ourenses através do aumento dos impostos diretos para valores nunca antes alcançados; -----

- Que face à margem existente no orçamento, existe ainda a possibilidade de dar uma folga fiscal aos ourenses, restituindo-lhes integralmente as comparticipações de IRS – verba que representa apenas 3% do orçamento e pouco mais de 13% do saldo de gerência acumulado, que por sua vez revela incumprimento orçamental; -----

- Que se prevê a continuidade da política da subserviência das Freguesias ao poder do executivo camarário; -----

- Que, pelo historial demonstrado nos anos de governação PSD/CDS deste município, não acreditamos na possibilidade deste executivo cumprir os 25,8 M€ em investimentos diretos e



MUNICÍPIO DE OURÉM

Câmara Municipal

indiretos, como anuncia o sr. Presidente na declaração que acompanha o documento do orçamento;-----

---- Sendo assim, a posição da vereadora do PS não poderia ser outra senão o voto contra os Documentos Previsionais para 2023-2027.”-----

----- *Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente do Município de Ourém.*-----

----- *Pl'A Chefe da Divisão,*